FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 26/03/2023 - 05:59

Novo ensino médio tem aulas eletivas impostas e sorteios

Estudantes fazem protestos no Masp, na avenida Paulista, em São Paulo, pedindo a revogação do novo ensino médio Bruno Santos - 15.mai.23/Folhapress

Itinerários do novo ensino médio são impostos ou sorteados aos alunos

Com falta de professores e turmas lotadas, escolas não conseguem atender escolha de estudantes

Isabela Palhares

SÃO PAULO Criados com o objetivo de dar aos jovens a opção de escolher uma área para aprofundar os estudos, os itinerários do novo ensino médio estão, na prática, sendo impostos e até mesmo sorteados entre os estudantes nas escolas estaduais do país.

Por falta de professores, espaço físico, laboratórios e turmas lotadas, as escolas não conseguem atender a opção feita por todos os alunos e acabam por colocá-los para cursar os itinerários disponíveis. Sem ter a escolha respeitada, os estudantes têm 40% das aulas do ensino médio em áreas que não são as de seu interesse.

Especialistas alertam que o modelo acaba por promover o efeito contrário do que busca: a distancia o ensino do que interessa aos jovens e, consequentemente, reforça os baixos níveis de aprendizagem e o risco de abandono escolar.

Pressionado desde o início do governo por professores, estudantes e entidades da área para revogar a lei do novo ensino médio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou na terça (21) que pediu ao ministro Camilo Santana (Educação) que apresente uma nova proposta.

A política do novo ensino médio estabelece que os alunos devem ter 1.200 horas de aulas ao longo dos três anos da etapa, sendo 60% da carga horária comum a todos com as disciplinas regulares. Os outros 40% são formados por matérias optativas dentro de cinco grandes áreas do conhecimento, os chamados itinerários formativos. Pela lei, todas as escolas devem ofertar no mínimo duas opções de itinerários aos alunos.

Mesmo seguindo a lei, as escolas não têm estrutura suficiente para atender a opção dos alunos. É o caso da escola estadual Adenilson Franco, em Franco da Rocha, na Grande São Paulo, que oferta quatro itinerários, mas não conseguiu garantir que a aluna Janet Baez, 17, fizesse o aprofundamento na área que desejava.

No 1º ano do ensino médio, a escola consultou os alunos sobre qual itinerário queriam seguir nos dois anos seguintes. Janet, já decidida a ser arquiteta, escolheu a área de matemática. Mas, no início do segundo ano, descobriu que havia sido matriculada na turma de ciências humanas.

"Disseram que não tinham como atender a vontade de todo mundo, que tinham que organizar as turmas para ficarem todas com o mesmo tamanho", lamentou.

"O pior é que, além de não ter estudado a área que eu queria, ainda diminuíram o tempo das aulas normais para ter os itinerários. Eu quase não estudei matemática, química e física", conta a estudante, que está atualmente no 3º ano e tem apenas uma aula por semana de matemática e de português.

Aprovada em 2017, a lei do novo ensino médio aumentou a carga horária dessa etapa de 2.400 horas para 3.000 horas. No entanto, limitou a parte das disciplinas comuns a 1.800 horas, para que o restante seja complementado com disciplinas eletivas.

Conforme mostrou reportagem da **Folha**, os alunos têm reclamado de que as novas matérias estão tomando o tempo das tradicionais.

"Tiraram as aulas de matemática para colocar uma matéria sobre esportes radicais. Na aula, ensinam como alongar. Como eu vou tirar uma boa nota no Enem aprendendo a fazer alongamento?", questiona Janet.

Camila Oliveira, 17, também está em um itinerário que não escolheu. Como quer trabalhar na área de comunicação, ela optou pela área de linguagens, mas foi matriculada em um itinerário de sustentabilidade na escola estadual João Comenius, no Jabaquara, zona sul da capital.

"É uma bagunça porque nem os estudantes nem os professores têm opção de escolher nada. Eu estou fazendo uma disciplina que se chama luz e tecnologia, que envolve o conteúdo de física, mas quem está dando a aula é uma professora de português", conta.

"Essa disciplina não faz o menor sentido, só está mandando o tempo que eu poderia estar aprendendo português com a professora que está ali na sala tendo que dar aula de outra coisa."

A **Folha** também conversou com estudantes que mudaram de escola ao longo do ensino médio e não puderam dar continuidade ao itinerário em que estavam.

É o caso de Carolina Fialho, 17. Ela saiu no fim do 2º ano de um colégio particular onde fazia o aprofundamento na área de linguagens. Ao entrar no ano seguinte em uma escola estadual, ela foi informada de que a única opção disponível era na turma de ciências da natureza.

Professor de uma escola estadual de Arapiraca (AL), Lucas Costa conta que ele e os colegas montaram um plano de quais itinerários iriam ofertar e apresentaram as propostas para os alunos escolherem. Depois de escolherem, quem quer seguir outros itinerários já determinados pela Secretaria de Educação.

A escola então decidiu dividir os alunos por meio de um sorteio. "Chamaram os representantes de cada classe para acompanhar. Iam falando o nome dos alunos e sorteando para qual turma cada um iria."

O mesmo procedimento aconteceu em uma escola estadual de Santo Ângelo, no interior do Rio Grande do Sul. Os professores montaram dez itinerários para ofertar aos alunos, mas depois descobriram que só conseguiriam seguir com dois. Para equilibrar as turmas, a unidade optou por sortear os estudantes.

Para Débora Goulart, professora da Unifesp e integrante da Repu (Rede Escola Pública e Universidade), a imposição dos itinerários é inevitável em razão da estrutura das redes de ensino e das escolas.

"O modelo nunca foi pensado para de fato dar opção de escolha ao aluno. Primeiro, porque quem determina quais são os itinerários são as secretarias de educação. Depois, as escolas acabam se organizando conforme a estrutura delas permite, de acordo com o número de professores, salas de aula", diz Goulart.

Fernando Cássio, professor da UFABC e integrante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, diz que a resistência dessa etapa impôs que as escolas criassem os itinerários sem dar condições estruturais para a mudança.

"Não houve contratação de mais professores, abertura de novas turmas, construção de laboratórios. Não se falou em nenhum problema estrutural e as escolas ficaram com a incumbência de se organizar com o pouco que tinham. Criaram um modelo inadministrável e o sistema educacional público colapsou."

Olavo Nogueira Filho, diretor executivo do Todos pela Educação (uma das entidades que apoiaram a reforma e é contrária a sua revogação), reconhece que os problemas enfrentados pela rede não são apenas de uma implementação falha, mas de erro na concepção da política. Ainda assim, ele defende que é possível fazer ajustes e "preservar a essência" da reforma do ensino médio, que seria a flexibilização das disciplinas.

"O desenho da política errou ao estabelecer um limite de horas tão baixo para as disciplinas regulares. A questão dos itinerários também ficou muito solta e culminou nesse monte de caminhos absolutamente inadequados que estamos vendo no país. Com ajustes, é possível adequar ao que precisamos."

Questionada sobre os casos dos alunos que não tiveram a escolha respeitada, a Secretaria de Educação de São Paulo apenas informou que as escolas citadas oferecem mais de quatro itinerários. Mas não explicou por que os estudantes não conseguiram estudar o curso que queriam.

A gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) disse ainda que estuda ajustes na etapa. O secretário de Educação, Renato Feder, defende a redução da oferta de itinerários nas escolas estaduais e quer redistribuir a carga horária para aumentar as aulas das disciplinas regulares.

Já a Secretaria de Educação de Alagoas informou que todas as escolas estaduais oferecem três opções de itinerário, mas "enturmam" os alunos conforme a necessidade. Em nota, a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul disse que não há orientação para que as escolas sorteiem os alunos.

Entenda o novo ensino médio

O que é Política aprovada em 2017, por medida provisória, durante o governo Temer (MDB), definiu que parte da carga horária seria escolhida pelos estudantes para que pudessem aprofundar os conhecimentos na área de maior interesse

Para quem vale Todas as escolas públicas e privadas do país. Cerca de 7 milhões de estudantes foram impactados com a política, a maioria deles (cerca de 85%) está matriculada em escolas das redes estaduais de ensino

Estrutura Amplou o número de horas de aulas anuais obrigatórias para a etapa, passando de 800 para ao menos 1.000.

Assim, a carga horária total do ensino médio foi ampliada em 25%, de 2.400 para 3.000 horas, sendo:

60%
da carga horária comum com as disciplinas regulares;

40%
compostos por optativas dentro de cinco grandes áreas do conhecimento, os chamados itinerários formativos

Prazos A lei estabeleceu um prazo de cinco anos para as redes de ensino se prepararem, seguindo o seguinte cronograma: 1º ano do ensino médio em 2022, 2º ano em 2023 e os três anos da etapa até 2024

Pressão por revogação do modelo é briga política, diz ex-ministro

SÃO PAULO O deputado federal Mendonça Filho (União-PE), que foi ministro da Educação no governo Michel Temer e responsável pela aprovação do novo ensino médio, diz que a pressão de estudantes e professores pela revogação do modelo é briga política.

"É um absurdo querer desmanchar uma política estruturadora, em processo de implementação, para colocar nada no lugar. Está claro que a briga é política, pelo fato de a reforma do ensino médio ter sido feita no governo Temer", disse o ex-ministro à **Folha**.

Nas últimas semanas, estudantes e professores fizeram manifestações em diversas capitais do país para pressionar o governo Lula a revogar a política. Eles argumentam que as mudanças na etapa esvaziaram os conteúdos curriculares ensinados e ampliaram as desigualdades entre escolas públicas e privadas.

A lei foi aprovada em 2017, por medida provisória. Os movimentos estudantis sempre foram contrários às mudanças.

Apesar de afirmar que tem "convicção" sobre a necessidade de continuidade da política, ele reconhece que ajustes são necessários. "Não podemos permitir que usem politicamente as dificuldades inerentes a um processo de implementação de um modelo novo para propor revogação", disse. "Dificuldades existem? Ok. Vamos nos mobilizar para superá-las. O que não pode é voltar ao modelo anterior onde o aluno não aprendia."

Ele também atribui as dificuldades enfrentadas com o novo modelo ao fechamento das escolas durante a pandemia e à falta de apoio do MEC, durante o governo Jair Bolsonaro.

"Não teve tempo suficiente para formação de professores, as redes estaduais praticamente tocaram sozinhas a implantação diante da falta de coordenação nacional do MEC."

"Como toda política pública estruturadora, o Novo Ensino Médio precisa de apoio técnico e financeiro e de tempo para ser totalmente implantada."

Questionado sobre as escolas estarem ofertando disciplinas como "Torne-se um milionário" ou "Brigadeiro gourmet" no lugar de conteúdo tradicionais e cobrados nos vestibulares, Mendonça Filho defendeu que são exceções.

"É preciso verificar caso a caso. Se houver algum desvio, deve ser corrigido. Aler ta que nas para as exceções e possíveis desvios não se jam usados para manipular o debate, que deve ser sério, apenas para servir a interesses que não sejam o da educação de qualidade."

O atual secretário de Educação do Pará, Rossieli Soares, que era titular da Secretaria de Educação Básica do MEC na época da aprovação do novo ensino médio, também defendeu a continuidade da política.

"Todos os indicadores do ensino médio já apontavam o quanto o modelo anterior estava falido. O formato anual foi construído por mais de 30 anos, por vários governos. O maior problema, hoje, é o da implementação. Pela falta de foco, de apoio, de priorização verdadeira e necessária para que seja implementada de forma igualitária por todos os estados", disse. **IP**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano **Caderno:** B **Pagina:** 1

Copyright © Clipclap 2025.